



UFES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DUDA VICENTE DOS SANTOS

**O papel da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na consumação do Direito
Humano à Alimentação Adequada (DHAA).**

VITÓRIA - ES.

2024.

The Role of Food and Nutrition Education (EAN) in the Fulfillment of the Human Right to Adequate Food (DHAA)

El Papel de la Educación Alimentaria y Nutricional (EAN) en la Consumación del Derecho Humano a la Alimentación Adecuada (DHAA)

Le Rôle de l'Éducation Alimentaire et Nutritionnelle (EAN) dans la Réalisation du Droit Humain à une Alimentation Adéquate (DHAA)

RESUMO

O presente trabalho investiga como a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode subsidiar práticas pedagógicas e curriculares no ensino de Geografia, promovendo reflexões sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para isso, propõe realizar um levantamento bibliográfico sobre as abordagens de EAN no ensino médio, assim como demarcar a potencialidade da disciplina geografia nas abordagens estruturais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto política pública essencial para a alimentação dos estudantes de escolas públicas no processo de aprendizagem. A metodologia inclui a revisão de publicações científicas, artigos e documentos oficiais relacionados às práticas de EAN, Plano Nacional de Educação (PNE) e diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Currículo Escolar do Estado do Espírito Santo. Além disso, a pesquisa contempla o desenvolvimento de uma oficina pedagógica sobre geografia dos alimentos, com o objetivo de fortalecer a consciência dos estudantes sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no modo que conforme disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988, a educação tem como objetivo promover o desenvolvimento integral do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Ensino de Geografia.

ABSTRACT

This study investigates how Food and Nutrition Education (EAN) can support pedagogical practices and curricula in Geography teaching, fostering reflections on Food and Nutrition Security (SAN). To achieve this, it proposes a bibliographic review of EAN approaches in high school education, as well as identifying the role of the Geography

discipline within the structural approaches of the National School Feeding Program (PNAE), an essential public policy for students' nutrition in public schools during the learning process. The methodology includes a review of scientific publications, articles, and official documents related to EAN practices, the National Education Plan (PNE), and the guidelines of the National Education Guidelines and Framework Law (LDB). Furthermore, the research involves the development of a pedagogical workshop on the geography of food, aiming to strengthen students' awareness of the Human Right to Adequate Food (DHAA) In accordance with the provisions of the Universal Declaration of Human Rights and the 1988 Federal Constitution, education aims to promote the full development of the human being..

KEYWORDS: Food and Nutrition Security (SAN); National School Feeding Program (PNAE); Geography Teaching.

RESUMEN

Este trabajo investiga cómo la Educación Alimentaria y Nutricional (EAN) puede respaldar prácticas pedagógicas y planes de estudio en la enseñanza de Geografía, promoviendo reflexiones sobre la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN). Para ello, propone realizar una revisión bibliográfica sobre los enfoques de la EAN en la educación secundaria, así como señalar el lugar de la disciplina de Geografía dentro de los enfoques estructurales del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), como una política pública esencial para la alimentación de los estudiantes de escuelas públicas en su proceso de aprendizaje. La metodología incluye la revisión de publicaciones científicas, artículos y documentos oficiales relacionados con las prácticas de EAN, el Plan Nacional de Educación (PNE) y las directrices de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB). Además, la investigación contempla el desarrollo de un taller pedagógico sobre la geografía de los alimentos, con el objetivo de fortalecer la conciencia de los estudiantes sobre el Derecho Humano a la Alimentación Adecuada (DHAA) De acuerdo con lo establecido en la Declaración Universal de los Derechos Humanos y la Constitución Federal de 1988, la educación tiene como objetivo promover el desarrollo integral del ser humano..

PALABRAS CLAVE: Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN); Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE); Enseñanza de la Geografía.

RÉSUMÉ

Ce travail examine comment l'Éducation Alimentaire et Nutritionnelle (EAN) peut soutenir les pratiques pédagogiques et les programmes d'enseignement en Géographie, en favorisant des réflexions sur la Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle (SAN). Pour cela, il propose une revue bibliographique des approches de l'EAN dans l'enseignement secondaire, ainsi que la définition du rôle de la discipline de Géographie dans les approches structurelles du Programme National d'Alimentation Scolaire (PNAE), en tant que politique publique essentielle pour l'alimentation des élèves des écoles publiques dans leur processus d'apprentissage. La méthodologie comprend l'examen des publications scientifiques, des articles et des documents officiels liés aux pratiques de l'EAN, au Plan National d'Éducation (PNE) et aux directives de la Loi d'Orientación et de Base de l'Éducation Nationale (LDB). En outre, la recherche prévoit le développement d'un atelier pédagogique sur la géographie des aliments, visant à renforcer la conscience des élèves sur le Droit Humain à une Alimentation Adéquante (DHAA) Conformément aux dispositions de la Déclaration universelle des droits de l'homme et de la Constitution fédérale de 1988, l'éducation a pour objectif de promouvoir le développement intégral de l'être humain..

MOTS-CLÉS: Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle (SAN) ; Programme National d'Alimentation Scolaire (PNAE) ; Enseignement de la Géographie.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a função da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), subsidiando uma abordagem da temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para o ensino de Geografia. Dessa forma, realiza-se um levantamento bibliográfico e documental sobre as abordagens de ensino e aprendizagem comprometidas com as questões dos alimentos no currículo escolar, considerando documentos legais relacionados às diretrizes para o ensino de Geografia e à Educação Alimentar e Nutricional no período de 2010 a 2024 no Brasil. Outrossim, desdobra-se sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando seu artigo 2º, inciso II da Lei nº 11.947/2009, "a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem [...] na perspectiva da segurança alimentar e nutricional" é um dos objetivos fundamentais do programa (BRASIL, 2009). Desse modo, organiza-se as habilidades da disciplina de geografia no processo de aprendizagem do ensino médio, que potencializam as abordagens referentes aos Direitos

Humanos e Sociais, mas destaca-se o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), definido desde 2002, pelo então Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler:

direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular e permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondente às tradições culturais de seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (BURITY et al., 2010).

Nesse contexto, a abordagem transdisciplinar da SAN é essencial para estimular a fertilidade de temas geradores, que orientem os alunos sobre os desafios coletivos relacionados à fome presentes na realidade contemporânea. A disciplina em questão tem capacidade de abordar temáticas como a distribuição desigual de recursos, os impactos das cadeias de produção globalizadas e a importância da valorização das práticas alimentares locais. Dessa forma, intitula-se "O prato como uma paisagem" a oficina pedagógica proposta, que articular teoria e prática, explorando o prato de comida como um estado final das interações sociais e das políticas públicas, considerando aspectos como a bioma de origem dos alimentos, as práticas culturais associadas à alimentação e as dinâmicas políticas e econômicas envolvidas ao alimentar-se na escola. A oficina estimula os estudantes a analisarem o amplo e complexo processo de consumo dos alimentos, identificando os percursos espaciais e dinâmicas políticas que os tornam acessíveis, também elenca os desafios do acesso aos mesmos. Assim, o prato deixa de ser apenas uma expressão individual de escolha alimentar e passa a ser entendido como uma representação complexa das linguagens geográficas presentes no ato de comer. Nesse sentido, o trabalho busca contribuir para o aprofundamento das abordagens de EAN e do campo político da SAN no currículo escolar do ensino médio, destacando como a Geografia potencializa essas temáticas, promovendo uma educação que valorize a alimentação como um pilar para a cidadania. Portanto, para alcançar os objetivos propostos, este trabalho utiliza uma abordagem com ênfase na análise documental e levantamento bibliográfico. O levantamento bibliográfico abrange as publicações referentes às abordagens de ensino e aprendizagem no currículo escolar relacionadas ao ensino sobre alimentos e à alimentação, determinados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como documentos oficiais, e com ênfase a Lei nº 11.947/2009, que orienta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pesquisa, fundamenta-se em estudos teóricos sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O desenvolvimento da oficina pedagógica intitulada "O prato como uma paisagem"

é apresentada como proposta de extensão, articulando pesquisa em sala de aula. A metodologia permite uma análise ampla e integrada, possibilitando identificar e propor abordagens holísticas que promovam uma visão transdisciplinar e geográfica da alimentação, contribuindo para a construção de um ensino comprometido com a criticidade e um povo informado para a Democracia Alimentar e o aprofundamento do debate sobre SAN no ambiente escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja primeira versão foi publicada em 16 de setembro de 2015, através da Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo a renovação e o aprimoramento da educação básica no Brasil. Este documento visou estabelecer as diretrizes para os percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, propondo um alinhamento curricular que atendesse às necessidades de uma sociedade em constante transformação. A BNCC, em sua primeira versão, sinalizava as bases para a construção de uma educação mais inclusiva e integradora, considerando as diversidades regionais e culturais do país (BRASIL, 2015).

A segunda versão da BNCC foi apresentada ao MEC em 3 de maio de 2016 e introduziu sete direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento, com ênfase nas dimensões ética, política e estética. Esses direitos visavam garantir uma formação mais ampla e plural, assegurando a formação integral dos estudantes, com o reconhecimento de suas diversidades e a promoção de valores como a cidadania e a justiça social. Nesse contexto, a BNCC passou a incorporar, de maneira mais explícita, questões relacionadas à sustentabilidade e à cidadania global, aspectos fundamentais para o fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), uma vez que a educação sobre alimentação saudável e segurança alimentar e nutricional exige uma visão crítica e abrangente sobre os processos globais que afetam a vida cotidiana dos estudantes (BRASIL, 2016). O ponto de partida para a construção deste trabalho é a terceira versão da BNCC, de 17 de dezembro de 2018, que complementou as versões anteriores, especialmente no que se refere ao Ensino Médio. Essa versão, que foi homologada pelo Ministério da Educação em 2017, reflete um avanço nas discussões sobre a abordagem da EAN na disciplina de Geografia, bem como o currículo escolar do Espírito Santo inspirado nas determinantes nacionais. A BNCC estabelece que o ensino de Geografia deve articular os conhecimentos sobre a dinâmica global com as realidades locais, permitindo que os estudantes compreendam as interconexões entre a alimentação, a saúde e as questões

ambientais. A EAN, como prática educativa, encontra na Geografia um espaço fértil para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os impactos das escolhas alimentares no contexto globalizado, fundamental para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2017).

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E O PNAE.

Primeiramente, a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, de acordo com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), consiste na:

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, a EAN desempenha uma função central, consolidando um campo de pesquisa e ação da SAN, na medida que segundo Borsoi (2016) no que se trata das abordagens com temas associados à alimentação devem ser discutidas no âmbito escolar, devendo também compor o projeto político pedagógico das instituições visando garantir o caráter transdisciplinar entre docentes e demais profissionais presentes na área da educação. Nesse sentido, a promoção da SAN, ao situar o aluno sobre os sistemas relacionados à alimentação. Por meio de intervenções pedagógicas, expandindo o acesso às informações sobre os alimentos, sua origem, qualidade e impacto na saúde. Além disso, segue definição presente no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações autônomas e voluntárias de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Marco-EAN, 2012, p. 23)

Desse modo, o presente trabalho foca-se em contribuir para a conscientização acerca da relação entre a aula de geografia, direitos humanos e políticas públicas, promovendo a valorização dos hábitos alimentares locais e o combate às desigualdades estruturais, que afetam a consumação do DHAA. Essas abordagens na aprendizagem, engaja alunos e comunidades, igualmente fortalece a luta por soberania alimentar (SA), segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional define:

A Soberania Alimentar, por conseguinte, direciona-se em alimentar bem as pessoas, na medida em que o plano de alimentação traçado, corresponda a determinada produção direcionada pela identidade cultural e alimentar do próprio povo, região, território, igualmente reconhecer as múltiplas funções associadas ao modo rural, que vão além do espectro produtivo e mercantil, similarmente dizem respeito à ocupação social do espaço agrário, ao patrimônio natural e heranças culturais (CONSEA, 2004, p 18).

e estimula práticas que resistem a padrões de consumo, impostos por fatores econômicos e culturais.

Ao esmiuçar as diretrizes para a promoção da SAN, encontra-se luz a EAN, nos temas determinados como integradores do currículo escolar do Estado do Espírito Santo, no modo que a abordagem focada:

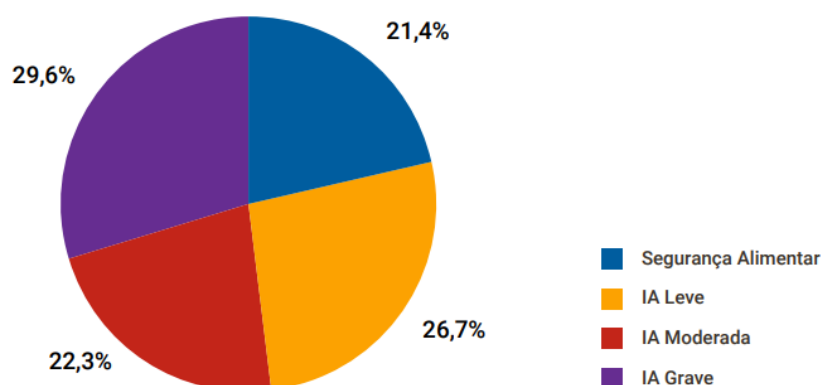
A Educação Alimentar e Nutricional apresenta-se como fundamental para mudanças de comportamentos sociais que prejudicam os sujeitos e o ambiente. É tema integrador por romper fronteiras, promover intercâmbios entre diferentes conhecimentos e saberes acadêmicos e populares. Propõe enfrentar a obesidade e mudar hábitos alimentares que levam a doenças e morte. O diálogo dessa temática com a cultura, a sustentabilidade, a antropologia, o meio ambiente, a saúde e a gastronomia acarretam mudanças de atitudes e estão em discussão nos três documentos normativos e orientadores acerca das políticas e ações de Educação Alimentar e Nutricional: o Marco de Referência de Educação Alimentar para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012), o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) (Currículo-ES, 2018).

Outrossim, esse documento enfatiza a importância de ações transversais e sociointeracionais para a promoção da alimentação adequada para todos. Essencial em contextos onde a fome ainda afeta milhões de pessoas como no caso brasileiro, agravadas por crises econômicas e climáticas. Como evidenciado pelos dados recentes sobre a situação alimentar no país. Nota-se, desmonte de disputa de políticas públicas, desemprego, aumento dos preços dos produtos vendidos e acirramento das desigualdades, além disso no segundo ano de pandemia da Covid-19 destacou, que no Brasil a Segurança Alimentar e Nutricional, caiu em 2022, apenas 4 em cada 10 domicílios conseguem manter acesso pleno à alimentação – ou seja, estão em condição de segurança alimentar e nutricional. Os outros 6 lares se dividem numa escala, que vai dos que permanecem preocupados com a possibilidade de não ter alimentos no futuro até os que já passam fome. De acordo com o 2º Inquérito, em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança

alimentar. É um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018 (REDE PENSSAN, 2022).

Figura 1: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural). II VISIGAN – AS/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um/a morador/a desempregado/a, Brasil. II VISIGAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Fonte: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (2022).

Diante disso, evidencia-se a urgência da promoção e fortalecimento de duas normas estruturantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em primeiro lugar o objetivo de democratizar a informação para a cidadania e trabalhar a EAN no ensino de Geografia nos anos finais da educação básica. Por meio dessa associação, integra-se às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional com a educação integral do discente, promovendo uma aprendizagem holística e comprometida com a consumação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), igualmente construção de uma sociedade mais crítica. Portanto, segue as abordagens da disciplina de geografia de 2010 até 2024 referentes aos temas da alimentação e SAN na escola, que segundo a dissertação de mestrado de Giorgia Castilho Russo, qualificada na Universidade de São Paulo:

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de hábitos e práticas saudáveis, pois é um local com finalidade educativa e formadora, que proporciona oportunidades que aprimoram a aprendizagem e o desenvolvimento de práticas de vida saudáveis dos alunos. Além disso, as crianças e jovens do país passam diariamente pelo menos um terço do dia durante uma fase importante da vida no ambiente escolar, o que possibilita a formação de hábitos que tendem a persistir até

a idade adulta. As ações de EAN na escola contribuem também para construção de conhecimentos e apoiam a educação básica, pois apresentam relação com diversos conteúdos que já integram os componentes curriculares (Russo, 2023).

Ao consultar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter normativo determinante das aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, considerando o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE), encontra-se, competências e habilidades compatíveis com as abordagens de EAN. Nessa perspectiva, a abordagem proposta possibilita a reflexão crítica sobre a alimentação, enquanto um direito fundamental e a relação entre produção e consumo de alimentos, dialogando com a primeira competência das ciências humanas e sociais aplicadas determinadas na BNCC, haja vista que é fundamental que os estudantes desenvolvam a capacidade de analisar criticamente os processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais em diferentes escalas e temporalidades, utilizando procedimentos científicos e epistemológicos para compreender suas inter-relações e posicionar-se de maneira fundamentada diante dessas dinâmicas (Brasil, 2018), bem como a sexta competência da BNCC: Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018).

A interseção entre a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ganha relevância especialmente quando se considera as transformações geradas pelo processo de urbanização, a crescente concentração do capital financeiro e a reconfiguração da produção agropecuária. No Brasil, como em outros países, essas dinâmicas resultam em mudanças significativas na produção de alimentos, com impactos diretos na qualidade da alimentação e no acesso da população a alimentos adequados. O deslocamento do campo para as cidades, aliado ao desemprego estrutural e à instabilidade econômica, tem ampliado as desigualdades sociais, restringindo o direito à alimentação adequada para parcelas significativas da população, especialmente em contextos urbanos. A crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, como demonstrado nos dados da II VISIGAN – AS/IA 2021/2022, agravou ainda mais esses desafios, exacerbando as dificuldades de acesso a alimentos nutritivos e promovendo uma maior vulnerabilidade das camadas mais empobrecidas à insegurança alimentar. Nesse contexto, a Geografia tem um papel fundamental de fornecer as ferramentas analíticas para observar a relação entre o espaço, as dinâmicas econômicas e a organização da produção e

distribuição de alimentos, bem como orientar o cidadão nas políticas da alimentação. A BNCC, ao propor as competências abordadas neste trabalho de analisar os princípios da Declaração dos Direitos Humanos, orienta uma reflexão crítica sobre a desigualdade alimentar e o DHAA. Isso permite aos estudantes compreenderem como as políticas públicas de alimentação, quando eficazes, podem contribuir para garantir esse direito fundamental, mas também como falhas nessas políticas agravam a desigualdade no acesso à alimentação. A pandemia de Covid-19 reforçou essas desigualdades, evidenciando a importância de políticas públicas mais inclusivas e equitativas para assegurar a segurança alimentar e nutricional de toda a população, especialmente das populações mais vulneráveis.

POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA: A CONTRIBUIÇÃO DA EAN PARA O PNAE.

O estudo da Geografia na educação básica, especialmente no ensino médio, tem o potencial de influenciar o projeto de vida dos jovens, ao conectá-los com a compreensão da produção social do espaço e da transformação desse espaço em território usado. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância dessa abordagem, sugerindo que os alunos devem ser capazes de perceber as dinâmicas sociais e econômicas que moldam o espaço e, assim, contribuir para uma visão crítica do mundo ao seu redor. Nesse sentido, as habilidades abordadas neste trabalho estão de acordo com as já citadas primeira e a sexta competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A habilidade EM13CHS101 prevê a análise e comparação de diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com o objetivo de compreender e criticar ideias filosóficas, além de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. Já a habilidade EM13CHS605 estabelece a necessidade de analisar os princípios da Declaração dos Direitos Humanos, com base nas noções de justiça, igualdade e fraternidade, a fim de fundamentar a crítica às desigualdades entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas para enfrentar essas desigualdades e violações de direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens (Brasil, 2018).

Tais habilidades se refletem não apenas em relações locais, mas também nas políticas públicas que impactam diretamente a vida cotidiana de todos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ademais, é fundamental ampliar as discussões sobre as possibilidades da EAN, seus limites e o modo como é realizada, pois ao mesmo tempo em

que ela é apontada como estratégia, sua atuação não está bem definida, resultando em uma grande diversidade de práticas (BRASIL, 2012). Ao explorar o PNAE no contexto do ensino de Geografia, podemos perceber como ele contribui para a construção de um território mais justo, especialmente ao garantir que todos os estudantes de escolas públicas tenham acesso a uma alimentação adequada e saudável, refletindo a transformação do espaço em um território de direitos.

As habilidades propostas pela BNCC, ao tratar da produção social do espaço e sua transformação, encontraram um campo fértil de aplicação no ensino de Geografia por meio de políticas como o PNAE. Este programa não só garante a alimentação escolar, mas também é uma ferramenta pedagógica que permite aos alunos compreenderem as relações entre a produção de alimentos, o acesso à educação e as dinâmicas territoriais. Na análise dessa habilidade, é possível observar como o PNAE encontra luz na formação dos estudantes, incentivando-os a refletir sobre a alimentação como um direito humano e um bem social e não apenas por um viés biológico. Assim, o ensino de Geografia, ao abordar temas relacionados ao espaço, território e a cidadania, não só contribui para o entendimento das questões alimentares, mas também forma cidadãos críticos, conscientes das implicações sociais, econômicas e políticas que envolvem a alimentação no Brasil.

Por exemplo, a Lei 11.947/2009 valorizou as ações de educação alimentar e nutricional na escola, orientando sua articulação ao projeto pedagógico. Diferentes atores são identificados para o desenvolvimento de práticas com esta temática, como professores, cozinheiras escolares, nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Contudo, somente em 2018, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi incluída como tema transversal no currículo escolar da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O mais importante e recente marco é o DECRETO Nº 11.821, de 12 de Dezembro de 2023, que institui a EAN como eixo estratégico das ações de promoção da alimentação adequada. Outrossim, A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e sua regulamentação pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, trazem orientações fundamentais sobre a alimentação escolar, com destaque para a promoção do desenvolvimento sustentável e o incentivo à aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais. Este apoio à produção local não só fortalece a economia regional, mas também prioriza a produção da realidade local, conectando a SAN com questões de justiça social. No contexto do ensino de Geografia nos

anos finais, as interfaces com essas diretrizes são claras, pois o estudo da produção e distribuição de alimentos pode ser aprofundado a partir da análise do espaço geográfico, da organização territorial e dos impactos socioeconômicos que envolvem a agricultura familiar e a distribuição de alimentos em escolas públicas. Esse enfoque permite que os alunos compreendam a relação entre a produção local de alimentos e os aspectos políticos, sociais e ambientais envolvidos, contribuindo para a conscientização sobre a importância de práticas sustentáveis e a valorização dos hábitos locais.

No que se refere à promoção da qualidade de vida dos alunos da rede pública, conforme abordado pela Resolução CD/FNDE, a Geografia pode atuar diretamente na análise das condições de acesso à alimentação adequada e saudável, evidenciando as desigualdades territoriais e sociais. As diretrizes e metas estabelecidas em pactos e acordos internacionais, que visam à melhoria da qualidade de vida, também se refletem no currículo de geografia ao possibilitar que os alunos desenvolvam uma visão holística sobre os processos globais e suas repercussões locais. O estudo da Geografia, nesse sentido, proporciona uma orientação atenta às dinâmicas que envolvem a alimentação escolar, o uso do território e a distribuição dos recursos naturais, permitindo que os estudantes compreendam a importância da articulação entre políticas públicas, como o PNAE, e as necessidades alimentares de suas comunidades. Ao abordar essas questões, a disciplina contribui para o entendimento dos estudantes sobre como as decisões políticas e a organização do espaço afetam diretamente suas vidas, formando cidadãos mais críticos e engajados com os desafios contemporâneos relacionados à alimentação e à sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as intersecções entre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando suas influências na formação crítica dos estudantes e na construção de um pensamento geográfico aplicado à alimentação. A oficina pedagógica "O Prato como uma Paisagem" foi desenvolvida como uma estratégia didática para a compreensão dos processos geográficos relacionados aos alimentos e suas implicações sociais, culturais e econômicas.

A oficina foi aplicada na Escola Estadual Godofredo Schneider, localizada no bairro Prainha, em Vila Velha, na turma de segundo ano do Ensino Médio, durante as aulas de Geografia

ministradas pela professora doutora Luísa Santos Alves. A proposta permitiu que os estudantes, primeiramente tivessem contato com os conceitos delimitados no presente trabalho, em seguida por meio do uso de papéis representando alimentos comuns da dieta brasileira, a proposta foi que construíssem, no imaginário, uma paisagem alimentar, analisando os fatores geográficos que determinam as escolhas alimentares.

Os resultados evidenciam que a abordagem da alimentação no ensino de Geografia possibilita a associação dos conceitos de território, espaço e lugar, bem como a compreensão das relações de poder e das desigualdades no acesso aos alimentos. Os alunos puderam refletir sobre a formação do espaço geográfico a partir das dinâmicas de produção e distribuição dos alimentos, reconhecendo a alimentação não apenas como um ato biológico, mas como uma prática social atravessada por políticas públicas, especialmente pelo PNAE.

Além disso, a reflexão sobre o DHAA permitiu que os estudantes problematizassem as desigualdades socioeconômicas relacionadas à alimentação, conectando a discussão às diretrizes da Educação Alimentar e Nutricional. A oficina demonstrou que a aplicação de práticas pedagógicas interdisciplinares contribui para a construção de um ensino mais contextualizado, aproximando os alunos da realidade alimentar brasileira e das implicações da geografia no cotidiano. Como parte da oficina *O Prato como uma Paisagem*, aplicou-se um questionário composto por seis questões, visando aprofundar a reflexão dos estudantes sobre suas escolhas alimentares e a relação entre alimentação e espaço geográfico. Dentre as questões trabalhadas, destacou-se a primeira, que solicitava aos alunos a representação do alimento escolhido por meio de um desenho, estimulando não apenas a percepção visual e simbólica da alimentação, mas também a capacidade de, por meio das linguagens geográficas e da memória afetiva, expressar sua relação com o alimento selecionado. A terceira questão investigava a frequência de consumo do alimento, possibilitando uma análise sobre hábitos alimentares e acessibilidade. Já a quinta questão abordava a origem dos alimentos, incentivando a reflexão sobre as cadeias produtivas e os diferentes territórios envolvidos na produção e distribuição dos itens alimentares, com ênfase na relação entre a alimentação cotidiana e a agricultura familiar. Por fim, a quinta questão, que investigou a origem dos alimentos, revelou que a maioria dos estudantes indicou o tomate como um produto de produção local, oriundo da cidade ou de uma região próxima, enquanto, no caso da cenoura, nove respostas apontaram para uma produção em nível nacional e as demais para a produção local. Esses dados reforçam a relação entre acessibilidade, hábitos alimentares e dinâmicas

territoriais da produção agrícola, evidenciando como a proximidade geográfica pode influenciar a frequência de consumo dos alimentos.

Dessa forma, este trabalho reforça a importância de inserir a alimentação como um tema estruturante no ensino de Geografia, articulando diferentes escalas de análise e promovendo um aprendizado crítico e reflexivo sobre os sistemas alimentares e suas relações com o espaço geográfico. Os achados desta pesquisa indicam que há um grande potencial na implementação de oficinas semelhantes, possibilitando uma educação mais contextualizada e engajada na problematização dos desafios alimentares contemporâneos.

REFERÊNCIAS

BORSOI, Aline Tecchio; TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MUSSIO, Bruna Roniza. **Educação alimentar e nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 1441-1460, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023. **Institui a Educação Alimentar e Nutricional como eixo estratégico das ações de promoção da alimentação adequada e saudável**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: proposta preliminar**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. ***Educação alimentar e nutricional: conceitos, princípios e práticas***. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.

BURITY, Valéria et al. ***Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional***. Brasília: ABRANDH, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). ***Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional***. Brasília: CONSEA, 2004.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do Espírito Santo: Etapa Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Vitória: SEDU, 2018.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). ***II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil***. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

RUSSO, Giorgia Castilho. **Educar para o comer e o comer para educar: o processo de articulação e compreensão da prática da intersetorialidade entre as Políticas de Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional na promoção da alimentação adequada e saudável**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

TEIXEIRA, Lucas Oliveira et al. **Relato de experiência de oficinas em educação alimentar e nutricional: Capacitação de merendeiras para a promoção da alimentação saudável em escolas**. Revista Conexão UEPG, v. 16, n. 1, p. 6, 2020.